



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 29/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO
UASG: 925154

Objeto

Aquisição de materiais elétricos e de manutenção para a Sede e Delegacias Regionais do CRCPR

Valor máximo por grupo:

Grupo 1 – Materiais elétricos R\$ 34.005,62

Grupo 2 – Materiais de manutenção R\$ 17.314,34

Registro de preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de adjudicação
Não	Não	Termo de Contrato	Por grupo
Exclusivo ME/EPP?	Cota ME/EPP?	Exige Amostra?	Decreto nº 7174/2010?
Sim	Não	Não	Não

Data e horário de abertura de propostas

23/05/2023 às 08h45min

Data e horário da sessão

23/05/2023 às 09h00min

Modo de disputa do pregão

Aberto

Intervalo mínimo entre lances

R\$ 100,00

Prazo para cadastro de proposta e documentos

Até o horário de abertura das propostas

Pedido de Esclarecimentos

Até 18/05/2023 para licitacao@crcpr.org.br

Impugnações

Até 18/05/2023 para licitacao@crcpr.org.br

Prazo para envio da proposta ajustada

Até 24 horas após solicitação do pregoeiro



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 29/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRCPR**, através de seu Pregoeiro designado, torna público que será realizada licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo "**MENOR VALOR POR GRUPO**". O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30/09/2022 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais elétricos e de manutenção para atender às necessidades do CRCPR, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Anexo I – Termo de Referência e resumida na sequência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

- 1.2.1. GRUPO 01: Aquisição de materiais elétricos para entrega nas cidades de Curitiba-PR, Cascavel-PR e Londrina-PR;
- 1.2.2. GRUPO 02: Aquisição de materiais de manutenção para entrega nas cidades de Curitiba-PR, Cascavel-PR e Londrina-PR.

2. DA ABERTURA

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida pelo Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Prazo para envio da Proposta: DA DATA DA LIBERAÇÃO DO EDITAL NO SITE COMPRASNET ATÉ HORÁRIO LIMITE DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA.

Data da Abertura das propostas e início da disputa: 23/05/2023

Horário de Abertura das Propostas: 08h45min (horário de Brasília)

Horário de início do Pregão: 09h00min

Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

UASG: 925154

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão somente **microempresas e empresas de pequeno porte** que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento





Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A obtenção dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- 3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



- 3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. Agente público que integre o quadro de funcionários do CRCPR;
- 3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.7.11. Empresa já consorciada e representada nesta licitação, de forma isolada ou em mais de um consórcio.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. A fim de verificar o atendimento das condições mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de demonstrativo de atuação em regime cooperado com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, bem como analisar se o estatuto e objeto social da cooperativa está de acordo com o objeto licitado.

4.5.2. Os documentos mencionados no item acima poderão ser consultados pelo Pregoeiro no SICAF, quando disponíveis.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 e 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário de cada um dos itens e valor total do grupo;
- 5.1.2. Marca do produto ofertado;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargo previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

- 5.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.



5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Da licitante melhor classificada serão exigidos os documentos abaixo relacionados, apresentados exclusivamente por meio do portal www.gov.br/compras, observado o disposto no item 9.1.1:

- 6.1.1. Habilitação jurídica, na forma prevista no Termo de Referência;
- 6.1.2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 6.1.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional por meio de Certidão Negativa de Débitos junto a Receita Federal do Brasil;
- 6.1.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio de certidão de regularidade do FGTS expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 6.1.5. Prova de adimplemento perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas fornecida pelo TST;
- 6.1.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- 6.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, por meio de Certidão Negativa de Débitos junto à Receita Estadual;
- 6.1.8. Certidão negativa de falências e recuperações judiciais emitida com data de emissão não superior a 60 dias da publicação do aviso deste edital no Diário Oficial da União pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da sede da licitante e em nome desta, em se tratando de licitante pessoa jurídica.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Para esta licitação será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



- 7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 7.20.2.2. Empresas brasileiras;
 - 7.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **05 (cinco) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo



classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de consórcios de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio de somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.2.1. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

9.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Adicionalmente aos requisitos de habilitação, será exigido do consórcio:

9.4.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, a ser promovido e registrado pelo licitante vencedor em momento anterior ao da assinatura do contrato;

9.4.2. Indicação da empresa líder do consórcio, responsável pela representação perante o CRCPR.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



- 9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase da habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 1 (uma) hora, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



- 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e;
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela



Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

12.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licitacao@crcpr.org.br, cabendo ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

12.3. Não serão conhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

12.4. A impugnação não terá efeito suspensivo, salvo em caráter excepcional, mediante motivação do pregoeiro.

12.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



12.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licitacao@crcpr.org.br. As respostas serão disponibilizadas no site www.gov.br/compras/pt-br, em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do seu recebimento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

13.3. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nas hipóteses do art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

13.5. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo; os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e; nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

13.7. O Presidente do CRCPR poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

13.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

13.9. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

13.10. Para dirimir, na esfera judicial as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Justiça Federal do Paraná.



13.11. A hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido.

13.12. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

13.13. O CRCPR realizará o tratamento de dados pessoais cedidos, necessários à identificação dos representantes dos licitantes, com fundamento no art. 7º, incisos II e V, da Lei nº 13.709/2017, divulgando e disponibilizando acesso a todos os interessados, nos termos do art. 6º e art. 7º, VI, ambos da Lei nº 12.527/2011. Mais informações disponíveis na página <https://www3.crcpr.org.br/crcpr/governanca/lei-geral-de-protecao-de-dados>.

13.14. O edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sede do CRCPR, no endereço: Rua XV de Novembro, 2987, na cidade de Curitiba, CEP 80.045-340, bem como em meio eletrônico, site do CRCPR (www.crcpr.org.br) e no site de compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/).

13.15. Demais informações e esclarecimentos poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@crcpr.org.br ou pelo telefone: (41) 3360-4788.

13.16. Os casos omissos e imprevistos serão resolvidos pelo Presidente do CRCPR.

13.17. Faz parte integrante deste Edital:

- Anexo I** Especificações dos produtos – Termo de Referência
- Anexo II** Proposta Comercial
- Anexo III** Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e Declaração Referente ao Não-Emprego de Mão de Obra de Menor
- Anexo IV** Declaração de Empresa optante pelo Simples Nacional
- Anexo V** Minuta de Instrumento de Contrato.
- Anexo VI** Modelo de autorização de fornecimento

Curitiba, 09 de maio de 2023.

VICTORIA ROSSINI ANDREIU
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de manutenção para o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRCPR, com entregas na cidade de Curitiba, Londrina e Cascavel, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A aquisição objeto do presente termo visa ao abastecimento do estoque do almoxarifado da sede do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná-CRCPR, e atendimento à Delegacias Regionais, no que se refere a materiais elétricos e de manutenção utilizados nos serviços de manutenção prestados tanto na sede como nas Delegacias Regionais.
- 2.2. Os materiais elétricos e de manutenção são de uso contínuo, imprescindíveis para garantir a continuidade das atividades e serviços prestados pelo CRCPR, em sua sede de Curitiba e na Delegacias Regionais. Neste sentido, necessário se faz a reposição adequada do estoque de modo a preservar o funcionamento deste órgão, evitando, por conseguinte, o comprometimento das atividades prestadas.
- 2.3. O quantitativo estimado para a sede de Curitiba foi baseado no consumo anual dos exercícios de 2021 e 2022 e projeção de crescimento ou redução, conforme documentos anexos e determinação do art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Com relação às Delegacias Regionais, que passaram a contar com serviço de manutenção predial em setembro/2022, o quantitativo foi estabelecido de acordo com o levantamento realizado *in loco* por prestadores de serviço de manutenção.
- 2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações para o ano de 2023, item 12, aprovado pela Deliberação CRCPR nº 65/2022.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

3.1. GRUPO 01: MATERIAIS ELÉTRICOS

MATERIAL ELÉTRICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Adaptador de tomada – de: 2P+T padrão antigo – para: 2P+T padrão ABNT – entrada 20A	Unidade	9	15,53	R\$139,77
2	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 1,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: azul - ROLO DE 100 METROS	Rolo	3	132,31	R\$396,93



3	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 1,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: preto - ROLO DE 100 METROS	Rolo	3	124,90	R\$374,70
4	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 2,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: azul - ROLO DE 100 METROS	Rolo	4	198,78	R\$795,12
5	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 2,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: preto - ROLO DE 100 METROS	Rolo	2	186,71	R\$373,42
6	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 2x2,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PP - tensão 500 V - cor: preto - ROLO DE 100 METROS	Rolo	1	594,56	R\$594,56
7	Caixa elétrica 2x4 - embutir - para drywall - material: PVC - com presilhas de regulagem	Unidade	5	5,53	R\$27,65
8	Disjuntor bifásico 3kA, curva C, 20A, 220V – mini disjuntor termomagnético	Unidade	3	30,69	R\$92,07
9	Disjuntor monofásico 3kA, curva C, 20A, 220V – mini disjuntor termomagnético	Unidade	3	11,11	R\$33,33
10	Interruptor simples - 3 teclas - conjunto de placa + interruptor - REFERÊNCIA: Tramontina Liz	Unidade	3	13,67	R\$41,01
11	Lâmpada LED - bulbo - soquete E27 - bivolt - cor: 3000K - potência: 9W - dimensões aproximadas: 60x108 mm – verificar item 9.2	Unidade	150	8,42	R\$1.263,00
12	Lâmpada LED - bulbo - soquete E27 - bivolt - cor: 4000K - potência: 9W - dimensões aproximadas: 60x108 mm – verificar item 9.2	Unidade	300	11,10	R\$3.330,00
13	Lâmpada LED - Dicroica - soquete E27 - bivolt - cor: 3000K - potência 5W ou superior – verificar item 9.2	Unidade	30	13,09	R\$392,70
14	Lâmpada LED - PAR20 – soquete E27 – bivolt – cor: 3000K – potência: 7W ou superior – verificar item 9.2	Unidade	50	27,53	R\$1.376,50
15	Lâmpada LED - PAR30 – soquete E27 – bivolt – cor: 3000K – potência: 9W ou superior – verificar item 9.2	Unidade	50	35,00	R\$1.750,00
16	Lâmpada LED tubular T8 1200mm - potência: 18W - bivolt - cor: 4000K – verificar item 9.2	Unidade	125	26,14	R\$3.267,50
17	Lâmpada LED tubular T8 604mm - potência: 9W - bivolt - cor: 4000K – verificar item 9.2	Unidade	275	19,35	R\$5.321,25
18	Luminária de emergência - 30 LEDs - potência: 1 a 2W - bivolt 127/220V - com bateria embutida de lítio - com botão de teste	Unidade	12	21,76	R\$261,12
19	Luminária LED - formato: pétala - iluminação pública em poste - uso externo - proteção: IP68 - potência: 100W - bivolt - cor da carcaça: preto/cinza - luz: 6500K	Unidade	8	330,27	R\$2.642,16
20	Módulo interruptor bipolar paralelo 10A 250V - cor: branco - compatível com placas Tramontina Liz, Luna Max e/ou lumi Lev	Unidade	20	17,15	R\$343,00
21	Painel LED quadrado - formato slim - embutir - potência: 20W a 24W - cor: 4000K - bivolt 127/220V - material: alumínio - dimensões aproximadas: 30x30x2cm - acabamento leitoso na área iluminada	Unidade	50	38,47	R\$1.923,50
22	Placa cega para piso - 4x4 - material: inox ou alumínio reforçado - cor: cinza/prata	Unidade	25	22,54	R\$563,50
23	Placa espelho tomada HDMI fêmea - instalação: parede - embutir - com cabo HDMI acoplado para emenda ponteira HDMI fêmea	Unidade	5	49,14	R\$245,70
24	Placa para piso - 4x4 - duas tomadas - aberturas em formato redondo - material: inox ou alumínio reforçado	Unidade	10	42,71	R\$427,10



25	Plafon simples - soquete E27 em porcelana - formato circular - material: plástico - cor: branco	Unidade	5	6,56	R\$32,80
26	Refletor LED – tipo holofote – potência: 100W – luz: 4000K – Proteção IP67 ou superior	Unidade	8	75,11	R\$600,88
27	Refletor LED – tipo holofote – potência: 100W – RGB – Proteção IP67 ou superior – com controle	Unidade	14	149,10	R\$2.087,40
28	Régua com 5 tomadas tripolares 10A - Tomadas e cabo de energia - plugue tripolar padrão ABNT - fusível de proteção - chave liga/desliga - corpo em ABS	Unidade	11	42,88	R\$471,68
29	Sensor de presença - instalação: parede - sobrepor - uso: para iluminação - bivolt - cor: branco	Unidade	20	61,01	R\$1.220,20
30	Soquete base G-13 para lâmpada tubular T8 - giratório/engate rápido - 250V	Unidade	150	2,42	R\$363,00
31	Soquete rosca lâmpada E27 - com parafusos inclusos - material: porcelana - cor: branco - 250V	Unidade	125	6,10	R\$762,50
32	Spot LED redondo - embutir - potência: 5 a 7W - direcionável - bivolt 127/220V - diâmetro nicho: 90mm - luz: 4000K - REFERÊNCIA: STARTEC OU EQUIVALENTE	Unidade	40	16,50	R\$660,00
33	Tomada sobrepor 20A - 3 pinos - Branca	Unidade	10	13,89	R\$138,90
34	Torneira elétrica – controle eletrônico de temperatura - tensão 127v – potência mínima 4500w – possibilidade de instalação em bancada e parede - bica alta REFERÊNCIA: Prima Touch Zagonel ou equivalente	Unidade	2	250,81	R\$501,62
35	Torre de tomada - tipo totem/torre - formato: cilíndrico - 3 tomadas padrão ABNT 20A - plug de conexão padrão ABNT - instalação: em bancada MDF - diâmetro de furo para instalação de 60 mm - cor: cinza	Unidade	5	238,21	R\$1.191,05
Valor total do Grupo nº 01					R\$ 34.005,62

3.2. GRUPO 02: MATERIAIS DE MANUTENÇÃO

MATERIAL DE MANUTENÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR DA MÉDIA	VALOR TOTAL
36	Abraçadeira plástica em poliamida - cor: preto - tamanho: 2,5x200mm - aplicação: amarração e fixação - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	7	12,14	R\$84,98
37	Acabamento para válvula hidráulica - material cromado - características adicionais: modelo salvágua com 2 teclas de acionamento - dimensões: 150x120mm - aplicação válvula descarga Docol REF 00449506 - MARCA: Docol	Unidade	18	73,64	R\$1.325,52
38	Adaptador bucha T - 1/2 polegada - saída para mangueira bebedouro 1/4 polegada - material: metal	Unidade	4	46,73	R\$186,92
39	Adaptador de mangueira 1/2" e 3/4" com bico em plástico, com rosca de 3/4 e bucha de redução de 3/4 para 1/2	Conjunto	2	7,05	R\$14,10
40	Adesivo epóxi - massa para calafetar - cor: cinza - EMBALAGEM COM 100G	Unidade	4	17,69	R\$70,76
41	Anel de Vedação - 40mm	Unidade	4	2,11	R\$8,44
42	Anel de vedação para vaso sanitário universal - com guia - material: borracha butílica - acompanha conjunto de fixação composto de bucha e parafusos - REFERÊNCIA: Censi ou equivalente	Conjunto	10	28,31	R\$283,10



43	Argamassa para construção - Massa pronta para uso - Uso: revestimento de tetos e paredes e assentamento de blocos de alvenaria - Composição: cimento portland, sílica e carbonato de cálcio - SACO DE 20 KG	Unidade	2	15,64	R\$31,28
44	Bucha de fixação para alvenaria - diâmetro: 6 mm - material: poliamida - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	3	31,80	R\$95,40
45	Bucha de fixação para drywall - diâmetro: 10 mm	Unidade	100	2,30	R\$230,00
46	Cabo extensor telescópico - uso: prolongador de suporte para rolos e demais acessórios de pintura - comprimento ajustável até 3 metros - estrutura de chapa metálica - REFERÊNCIA: Atlas ou equivalente	Unidade	2	49,91	R\$99,82
47	Canaleta para fio, com tampa, sem divisórias - com fita adesiva dupla face em toda canaleta - material: PVC - cor: branca - 20 mm x 10 mm x 2 metros ou 20 mm x 12 mm x 2 metros	Unidade	7	15,20	R\$106,40
48	Cola - adesivo de contato - base: policloropreno - EMBALAGEM COM 195G	Unidade	2	19,95	R\$39,90
49	Cola - adesivo/selante - base: poliuretano - EMBALAGEM TUBO 400G	Unidade	16	25,95	R\$415,20
50	Cola instantânea tipo super bonder - EMBALAGEM TUBO DE 20G	Unidade	10	18,92	R\$189,20
51	Fechadura - tarjeta banheiro livre/ocupado - acabamento cromado - cor: branco - tranca: 8mm - dimensões placa externa: 66,5x48,7x53 mm - dimensões placa interna: 60,2x66mm - conjunto composto por placa externa/visor, placa interna/fechadura e apoio para tranca REFERÊNCIA: Vouga ou equivalente	Conjunto	23	51,59	R\$1.186,57
52	Fio de poliamida (náilon) - 0,7mm - incolor - proteção UV - ROLO COM 100 METROS	Rolo	2	16,20	R\$32,40
53	Fita adesiva dupla face - transparente - fixa forte - 19mmx20 metros	Rolo	15	45,40	R\$681,00
54	Fita antiderrapante - cor: preta - autoadesiva - material: poliéster revestido com óxido de alumínio - Largura: 50mm - ROLO COM 5M	Rolo	8	49,73	R\$397,84
55	Fita asfáltica autoadesiva multiuso - proteção externa com filme de alumínio - uso: impermeabilizante - resistente à exposição solar - largura: 10 cm - ROLO COM 10 METROS	Rolo	5	37,09	R\$185,45
56	Fita isolante elétrica - material: PVC - cor: preto - classe temperatura: 90°C - largura: 19 mm - comprimento: 10 metros	Rolo	20	5,73	R\$114,60
57	Fita telada para reparos - autoadesiva - material: fibra de vidro - uso em drywall, gesso e alvenaria - ROLO 45mx50mm	Rolo	3	27,63	R\$82,89
58	Fita Veda Rosca - 18mm X 10m	Rolo	7	4,21	R\$29,47
59	Grelha de ralo abre e fecha - redondo - cor: cinza - 15 cm de diâmetro - uso: banheiro - material: plástico	Unidade	5	19,98	R\$99,90
60	Grelha hemisférica flexível - anti entupimento para bocal de calha - Material: PVC - Compatibilidade: DN88 e DN100 - Cor: cinza	Unidade	4	35,34	R\$141,36
61	Jogo de chaves de fenda e phillips - 6 peças - com ponta imantada - cabo ergonômico dupla injeção - Fenda: SL4 x 100MM, SL5 x 100MM e SL6 x 150MM - Phillips: PH0 x 80MM, PH1 x 100MM e PH2 x 150MM	Conjunto	2	55,74	R\$111,48
62	Kit de reparo com mola para válvula de descarga DOCOL RI 484 1.1/2" e 1.1/4" - Kit-8 - MARCA: DOCOL	Unidade	15	56,18	R\$842,70
63	Kit de reparo DOCOL do acionamento pressmatic compact 00473200 - MARCA: DOCOL	Unidade	10	112,08	R\$1.120,80
64	Martelo unha - cabeça forjada e temperada em aço especial - acabamento jateado e cabeça envernizada - cabo em madeira envernizada fixado com epóxi - largura aproximada: 2,8 cm - comprimento aproximado: 27 cm	Unidade	3	45,85	R\$137,55





65	Massa corrida PVA - LATA COM 1,3 KG	Unidade	6	34,78	R\$208,68
66	Óleo lubrificante multiuso - desengripante - ação anticorrosiva - repele umidade - com duto para aplicação - 300ml	Unidade	14	39,58	R\$554,12
67	Parafuso cabeça redonda - dimensões: 5/32" X 1.1/2" - com arruela e porca - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	2	71,91	R\$143,82
68	Parafuso para madeira - cabeça Philips 6mm - comprimento: 40mm - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	2	76,83	R\$153,66
69	Pincel de cerda branca 1.1/2 polegadas	Unidade	5	10,19	R\$50,95
70	Pincel trincha 2.1/2 polegadas	Unidade	5	12,30	R\$61,50
71	Protetor anti-impacto - autoadesivo - formato redondo - incolor - material: silicone/poliuretano - diâmetro aproximado: 10 mm - PACOTE COM 12 UNIDADES	Pacote	4	27,25	R\$109,00
72	Rolo para pintura - com cabo - Material cabo: plástico - Material rolo: lã de carneiro - Altura aproximada da lã: 25 mm - Comprimento aproximado do rolo: 23 cm	Unidade	5	34,38	R\$171,90
73	Sifão sanfonado metalizado universal - material: polipropileno - comprimento: 70cm ou superior - entrada compatível com 7/8", 1.1/4", 1.1/2" - saída compatível com diâmetro 38, 40, 48 e 50mm	Unidade	30	30,59	R\$917,70
74	Silicone acético incolor - TUBO DE 280G	Unidade	7	35,92	R\$251,44
75	Tinta acrílica - Base: água - Cor: branco neve - RGB: 253, 255, 248 - Acabamento: fosco - LATA 18 LITROS	Unidade	2	621,78	R\$1.243,56
76	Tinta acrílica - Base: água - Cor: palha - RGB: 223, 212, 188 - Acabamento: fosco - LATA 18 LITROS	Unidade	1	528,59	R\$528,59
77	Torneira para lavatório - Instalação: parede - Acionamento: pressão - Bitola 1/2" - Acabamento: cromado - Atende NBR 13713 - Modelo Pressmatic Deluxe 120 com regulador de tempo - MARCA: Docol	Unidade	5	526,63	R\$2.633,15
78	Torneira para purificador FR600 IBBL - cor: branco - haste: azul	Unidade	4	15,34	R\$61,36
79	Torneira para purificador FR600 IBBL - cor: branco - haste: branca	Unidade	4	17,83	R\$71,32
80	Válvula de escoamento para lavatório - Modelo universal 7/8" - Acabamento: cromada - Com tampa plástica	Unidade	16	41,50	R\$664,00
81	Válvula para mictório - Acionamento: pressão - Modelo Pressmatic Compact - Acabamento: cromado - MARCA: Docol	Unidade	4	286,14	R\$1.144,56
Valor total do Grupo nº 02					R\$ 17.314,34

3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.4. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. A vigência da presente contratação contar-se-á da data de sua assinatura e findará em 31/12/2023, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 51.319,96 (cinquenta e um mil, trezentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas dos itens 3.1 e 3.2, de acordo com os grupos da tabela abaixo:

VALORES MÁXIMOS POR GRUPO

26





Grupo	Descrição	Valor máximo por grupo (R\$)
1	Materiais elétricos	34.005,62
2	Materiais de manutenção	17.314,34

5.2. Os valores individuais dispostos nos itens 3.1 e 3.2 serão considerados como máximo aceitável por item, devendo ser respeitados quando da elaboração da proposta.

6. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

6.1. Os produtos deverão ser novos e de primeiro uso, não sendo permitido o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados ou reutilizados.

6.2. Os itens deverão estar devidamente acondicionados, a fim de preservar as características dos produtos entregues e possibilitar o pleno uso em condições consideradas pelos fabricantes.

6.3. Quando da entrega da proposta por parte do licitante vencedor, este deverá mencionar a marca e modelo do produto cotado observando, de referência, a qualidade e a referência indicada.

6.4. A critério da pregoeira e equipe de apoio poderá ser solicitada amostra de um ou mais produtos, posto que estes deverão possuir boa qualidade e bom rendimento. A equipe de apoio ao pregão deliberará acerca da aceitação ou não das amostras apresentadas para fins de aceitação da proposta vencedora e subsequente contratação.

6.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.6. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

7.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

8. LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1. O prazo de entrega dos bens é de 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento, em remessa única.

8.2. A entrega dos materiais discriminados no item 3 deverá dar-se nos endereços apontados nos itens 8.2.1 ao 8.2.3, sendo que todos os custos referentes ao respectivo frete ficarão a cargo da licitante vencedora:

8.2.1. Curitiba: Rua XV de Novembro, nº 2987, Alto da XV, Curitiba-PR, CEP 80045-340. Funcionária responsável: Marla Cristina Vasconcellos Moraes, gestaodecontratos@crcpr.org.br, fone (41) 3360-4723;

8.2.2. Cascavel: Rua Salgado Filho, nº 1882, Centro, Cascavel-PR, CEP 85801-190. Funcionária responsável: Jaqueline A. F. Kohler, gestaodecontratos@crcpr.org.br, fone (45) 3223-2190;



- 8.2.3. Londrina: Rua Espírito Santo, nº 199, Centro, Londrina-PR, CEP 86010-510. Funcionário responsável: Guilherme Cristiano Ribeiro, gestaodecontratos@crcpr.org.br, fone (43) 3375-0591.
- 8.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.4. Os itens que compõe o Grupo nº 1 (item 3.1) deverão ser entregues nos endereços especificados neste termo de acordo com as seguintes quantidades:

MATERIAL ELÉTRICO – GRUPO 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CURITIBA	CASCADEL	LONDRINA
1	Adaptador de tomada – de: 2P+T padrão antigo – para: 2P+T padrão ABNT – entrada 20A	Unidade	5	4	0
2	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 1,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: azul - ROLO DE 100 METROS	Rolo	2	1	0
3	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 1,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: preto - ROLO DE 100 METROS	Rolo	2	1	0
4	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 2,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: azul - ROLO DE 100 METROS	Rolo	2	1	1
5	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 2,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PVC - tensão 750 V - cor: preto - ROLO DE 100 METROS	Rolo	2	0	0
6	Cabo flexível, fio elétrico, bitola 2x2,50mm ² - material condutor: cobre - material isolamento: PP - tensão 500 V - cor: preto - ROLO DE 100 METROS	Rolo	1	0	0
7	Caixa elétrica 2x4 - embutir - para drywall - material: PVC - com presilhas de regulagem	Unidade	0	5	0
8	Disjuntor bifásico 3kA, curva C, 20A, 220V – mini disjuntor termomagnético	Unidade	0	3	0
9	Disjuntor monofásico 3kA, curva C, 20A, 220V – mini disjuntor termomagnético	Unidade	0	3	0
10	Interruptor simples - 3 teclas - conjunto de placa + interruptor - REFERÊNCIA: Tramontina Liz	Unidade	0	0	3
11	Lâmpada LED - bulbo - soquete E27 - bivolt - cor: 3000K - potência: 9W - dimensões aproximadas: 60x108 mm	Unidade	150	0	0
12	Lâmpada LED - bulbo - soquete E27 - bivolt - cor: 4000K - potência: 9W - dimensões aproximadas: 60x108 mm	Unidade	150	60	90
13	Lâmpada LED - Dicroica - soquete E27 - bivolt - cor: 3000K - potência 5W ou superior	Unidade	10	0	20
14	Lâmpada LED - PAR20 – soquete E27 – bivolt – cor: 3000K – potência: 7W ou superior	Unidade	50	0	0
15	Lâmpada LED - PAR30 – soquete E27 – bivolt – cor: 3000K – potência: 9W ou superior	Unidade	50	0	0
16	Lâmpada LED tubular T8 1200mm - potência: 18W - bivolt - cor: 4000K	Unidade	50	50	25
17	Lâmpada LED tubular T8 604mm - potência: 9W - bivolt - cor: 4000K	Unidade	100	150	25



18	Luminária de emergência - 30 LEDs - potência: 1 a 2W - bivolt 127/220V - com bateria embutida de lítio - com botão de teste	Unidade	0	6	6
19	Luminária LED - formato: pétala - iluminação pública em poste - uso externo - proteção: IP68 - potência: 100W - bivolt - cor da carcaça: preto/cinza - luz: 6500K	Unidade	8	0	0
20	Módulo interruptor bipolar paralelo 10A 250V - cor: branco - compatível com placas Tramontina Liz, Luna Max e/ou Lumi Lev	Unidade	20	0	0
21	Painel LED quadrado - formato slim - embutir - potência: 20W a 24W - cor: 4000K - bivolt 127/220V - material: alumínio - dimensões aproximadas: 30x30x2cm - acabamento leitoso na área iluminada	Unidade	50	0	0
22	Placa cega para piso - 4x4 - material: inox ou alumínio reforçado - cor: cinza/prata	Unidade	5	5	15
23	Placa espelho tomada HDMI fêmea - instalação: parede - embutir - com cabo HDMI acoplado para emenda ponteira HDMI fêmea	Unidade	5	0	0
24	Placa para piso - 4x4 - duas tomadas - aberturas em formato redondo - material: inox ou alumínio reforçado	Unidade	0	0	10
25	Plafon simples - soquete E27 em porcelana - formato circular - material: plástico - cor: branco	Unidade	0	0	5
26	Refletor LED - tipo holofote - potência: 100W - luz: 4000K - Proteção IP67 ou superior	Unidade	8	0	0
27	Refletor LED - tipo holofote - potência: 100W - RGB - Proteção IP67 ou superior - com controle	Unidade	5	4	5
28	Rêgua com 5 tomadas tripolares 10A - Tomadas e cabo de energia - plugue tripolar padrão ABNT - fusível de proteção - chave liga/desliga - corpo em ABS	Unidade	5	3	3
29	Sensor de presença - instalação: parede - sobrepor - uso: para iluminação - bivolt - cor: branco	Unidade	10	6	4
30	Soquete base G-13 para lâmpada tubular T8 - giratório/engate rápido - 250V	Unidade	0	100	50
31	Soquete rosca lâmpada E27 - com parafusos inclusos - material: porcelana - cor: branco - 250V	Unidade	50	0	75
32	Spot LED redondo - embutir - potência: 5 a 7W - direcionável - bivolt 127/220V - diâmetro nicho: 90mm - luz: 4000K - REFERÊNCIA: STARTEC OU EQUIVALENTE	Unidade	20	0	20
33	Tomada sobrepor 20A - 3 pinos - Branca	Unidade	5	5	0
34	Torneira elétrica - controle eletrônico de temperatura - tensão 127v - potência mínima 4500w - possibilidade de instalação em bancada e parede - bica alta REFERÊNCIA: Prima Touch Zagonel ou equivalente	Unidade	1	1	0
35	Torre de tomada - tipo totem/torre - formato: cilíndrico - 3 tomadas padrão ABNT 20A - plug de conexão padrão ABNT - instalação: em bancada MDF - diâmetro de furo para instalação de 60 mm - cor: cinza	Unidade	5	0	0

8.5. Os itens que compõe o Grupo nº 2 (item 3.2) deverão ser entregues nos endereços especificados neste termo de acordo com as seguintes quantidades:

MATERIAL DE MANUTENÇÃO – GRUPO 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CURITIBA	CASCADEL	LONDRINA
36	Abraçadeira plástica em poliamida - cor: preto - tamanho: 2,5x200mm - aplicação: amarração e fixação - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	5	2	0



37	Acabamento para válvula hidráulica - material cromado - características adicionais: modelo salvágua com 2 teclas de acionamento - dimensões: 150x120mm - aplicação válvula descarga Docol REF 00449506 - MARCA: Docol	Unidade	10	8	0
38	Adaptador bucha T - 1/2 polegada - saída para mangueira bebedouro 1/4 polegada - material: metal	Unidade	2	2	0
39	Adaptador de mangueira 1/2" e 3/4" com bico em plástico, com rosca de 3/4 e bucha de redução de 3/4 para 1/2	Conjunto	0	2	0
40	Adesivo epóxi - massa para calafetar - cor: cinza - EMBALAGEM COM 100G	Unidade	2	2	0
41	Anel de Vedação - 40mm	Unidade	0	0	4
42	Anel de vedação para vaso sanitário universal - com guia - material: borracha butílica - acompanha conjunto de fixação composto de bucha e parafusos - REFERÊNCIA: Censi ou equivalente	Conjunto	5	2	3
43	Argamassa para construção - Massa pronta para uso - Uso: revestimento de tetos e paredes e assentamento de blocos de alvenaria - Composição: cimento portland, sílica e carbonato de cálcio - SACO DE 20 KG	Unidade	0	2	0
44	Bucha de fixação para alvenaria - diâmetro: 6 mm - material: poliamida - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	1	1	1
45	Bucha de fixação para drywall - diâmetro: 10 mm	Unidade	50	0	50
46	Cabo extensor telescópico - uso: prolongador de suporte para rolos e demais acessórios de pintura - comprimento ajustável até 3 metros - estrutura de chapa metálica - REFERÊNCIA: Atlas ou equivalente	Unidade	0	1	1
47	Canaleta para fio, com tampa, sem divisórias - com fita adesiva dupla face em toda canaleta - material: PVC - cor: branca - 20 mm x 10 mm x 2 metros ou 20 mm x 12 mm x 2 metros	Unidade	0	7	0
48	Cola - adesivo de contato - base: policloropreno - EMBALAGEM COM 195G	Unidade	0	2	0
49	Cola - adesivo/selante - base: poliuretano - EMBALAGEM TUBO 400G	Unidade	5	10	1
50	Cola instantânea tipo super bonder - EMBALAGEM TUBO DE 20G	Unidade	3	5	2
51	Fechadura - tarjeta banheiro livre/ocupado - acabamento cromado - cor: branco - tranca: 8mm - dimensões placa externa: 66,5x48,7x53 mm - dimensões placa interna: 60,2x66mm - conjunto composto por placa externa/visor, placa interna/fechadura e apoio para tranca REFERÊNCIA: Vouga ou equivalente	Conjunto	10	5	8
52	Fio de poliamida (náilon) - 0,7mm - incolor - proteção UV - ROLO COM 100 METROS	Rolo	2	0	0
53	Fita adesiva dupla face - transparente - fixa forte - 19mmx20 metros	Rolo	7	6	2
54	Fita antiderrapante - cor: preta - autoadesiva - material: poliéster revestido com óxido de alumínio - Largura: 50mm - ROLO COM 5M	Rolo	3	4	1
55	Fita asfáltica autoadesiva multiuso - proteção externa com filme de alumínio - uso: impermeabilizante - resistente à exposição solar - largura: 10 cm - ROLO COM 10 METROS	Rolo	5	0	0
56	Fita isolante elétrica - material: PVC - cor: preto - classe temperatura: 90°C - largura: 19 mm - comprimento: 10 metros	Rolo	5	10	5
57	Fita telada para reparos - autoadesiva - material: fibra de vidro - uso em drywall, gesso e alvenaria - ROLO 45mx50mm	Rolo	1	1	1
58	Fita Veda Rosca - 18mm X 10m	Rolo	0	2	5



59	Grelha de ralo abre e fecha - redondo - cor: cinza - 15 cm de diâmetro - uso: banheiro - material: plástico	Unidade	0	5	0
60	Grelha hemisférica flexível - anti entupimento para bocal de calha - Material: PVC - Compatibilidade: DN88 e DN100 - Cor: cinza	Unidade	0	4	0
61	Jogo de chaves de fenda e phillips - 6 peças - com ponta imantada - cabo ergonômico dupla injeção - Fenda: SL4 x 100MM, SL5 x 100MM e SL6 x 150MM - Phillips: PH0 x 80MM, PH1 x 100MM e PH2 x 150MM	Conjunto	0	1	1
62	Kit de reparo com mola para válvula de descarga DOCOL RI 484 1.1/2" e 1.1/4" - Kit-8 - MARCA: DOCOL	Unidade	10	0	5
63	Kit de reparo DOCOL do acionamento pressmatic compact 00473200 - MARCA: DOCOL	Unidade	10	0	0
64	Martelo unha - cabeça forjada e temperada em aço especial - acabamento jateado e cabeça envernizada - cabo em madeira envernizada fixado com epóxi - largura aproximada: 2,8 cm - comprimento aproximado: 27 cm	Unidade	1	1	1
65	Massa corrida PVA - LATA COM 1,3 KG	Unidade	1	4	1
66	Óleo lubrificante multiuso - desengripante - ação anticorrosiva - repele umidade - com duto para aplicação - 300ml	Unidade	5	3	6
67	Parafuso cabeça redonda - dimensões: 5/32" X 1.1/2" - com arruela e porca - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	1	1	0
68	Parafuso para madeira - cabeça Philips 6mm - comprimento: 40mm - PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	1	1	0
69	Pincel de cerda branca 1.1/2 polegadas	Unidade	2	2	1
70	Pincel trincha 2.1/2 polegadas	Unidade	2	2	1
71	Protetor anti-impacto - autoadesivo - formato redondo - incolor - material: silicone/poliuretano - diâmetro aproximado: 10 mm - PACOTE COM 12 UNIDADES	Pacote	2	2	0
72	Rolo para pintura - com cabo - Material cabo: plástico - Material rolo: lã de carneiro - Altura aproximada da lã: 25 mm - Comprimento aproximado do rolo: 23 cm	Unidade	2	2	1
73	Sifão sanfonado metalizado universal - material: polipropileno - comprimento: 70cm ou superior - entrada compatível com 7/8", 1.1/4", 1.1/2" - saída compatível com diâmetro 38, 40, 48 e 50mm	Unidade	20	5	5
74	Silicone acético incolor - TUBO DE 280G	Unidade	4	2	1
75	Tinta acrílica - Base: água - Cor: branco neve - RGB: 253, 255, 248 - Acabamento: fosco - LATA 18 LITROS	Unidade	1	1	0
76	Tinta acrílica - Base: água - Cor: palha - RGB: 223, 212, 188 - Acabamento: fosco - LATA 18 LITROS	Unidade	0	1	0
77	Torneira para lavatório - Instalação: parede - Acionamento: pressão - Bitola 1/2" - Acabamento: cromado - Atende NBR 13713 - Modelo Pressmatic Deluxe 120 com regulador de tempo - MARCA: Docol	Unidade	5	0	0
78	Torneira para purificador FR600 IBBL - cor: branco - haste: azul	Unidade	0	4	0
79	Torneira para purificador FR600 IBBL - cor: branco - haste: branca	Unidade	0	4	0
80	Válvula de escoamento para lavatório - Modelo universal 7/8" - Acabamento: cromada - Com tampa plástica	Unidade	10	3	3
81	Válvula para mictório - Acionamento: pressão - Modelo Pressmatic Compact - Acabamento: cromado - MARCA: Docol	Unidade	4	0	0

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:



- 9.1. Considerando a necessidade de observância do princípio da sustentabilidade nas contratações administrativas, com fulcro na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a aquisição pretendida deverá, no que for possível, atender ao vigente Plano de Logística Sustentável CRCPR.
- 9.2. Especificamente quanto ao fornecimento de lâmpadas de tecnologia LED com controle integrado à base, caracterizadas por produzirem luz através do fenômeno conhecido por eletroluminescência, realizado por material semicondutor, a licitante deverá observar, no que couber, a Portaria nº 69/2022 do INMETRO, devendo obedecer às seguintes diretrizes:
 - 9.2.1. A potência consumida pela lâmpada não poderá exceder a potência nominal declarada em mais do que 10%;
 - 9.2.2. Lâmpadas com potência igual a 5W ou superior deverão apresentar fator de potência maior ou igual a 0,70, salvo quando na forma tubular, quando o fator deverá ser de no mínimo 0,92;
 - 9.2.3. Lâmpadas deverão ter vida útil mínima de 25.000 hora com manutenção do fluxo luminoso em 70%;
 - 9.2.4. As lâmpadas fornecidas deverão conter Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do INMETRO, nos termos da Portaria INMETRO nº 69/2022, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Indicação de marcas ou modelos

- 9.3. Os licitantes deverão observar a marca indicada para os itens nº 37, 62, 63, 77 e 81 quando da formulação de propostas, não sendo aceitos itens de marca distinta, ainda que com características similares.
- 9.4. A exigência de marca encontra fundamento no art. 41, inciso I, alínea "c", da lei nº 14.133/2021, e decorre da necessidade de observância da marca indicada a fim de que os itens fornecidos estejam de acordo com os padrões já adotado pelo CRCPR e plenamente compatíveis com as necessidades deste Conselho, como no caso de válvulas de descarga e torneiras. Nesse sentido, o objetivo da exigência de marcas é certificar que os itens a serem substituídos estejam em harmonia com aqueles já instalados.

Subcontratação

- 9.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 9.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4. O CRCPR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados por meio de Portaria da presidência do CRCPR.
- 10.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.9. O fiscal do contrato informará à Diretoria do CRCPR, em tempo hábil, a situação que demanda decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Diretoria do CRCPR.
- 10.11. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Diretoria do CRCPR para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 10.13. O fiscal do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 10.14. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas



que obstem o fluxo normal da liquidação e o pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

- 10.15. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 10.16. O fiscal do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 10.17. O fiscal do contrato comunicará à Divisão de Compras, Licitações e Contratos, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 10.18. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 11.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 11.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quando à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 143, da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 11.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,



verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

- 11.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 11.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 11.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 11.10.1. O prazo de validade;
- 11.10.2. A data da emissão;
- 11.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 11.10.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 11.10.5. O valor a pagar; e
- 11.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 11.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

- 11.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 11.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



- 11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 11.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

- 11.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na nota fiscal ou na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 11.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.23. Cabe à Contratada o encaminhamento de documentação que comprove as hipóteses de isenção ou imunidade tributária, conforme o caso.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Exigências de habilitação



12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 12.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.4. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.7. Filial, sucursal ou agência e sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 12.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 12.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 12.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 12.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- 12.13. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



- 12.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 12.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 12.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior a 60 dias da publicação do aviso deste edital no Diário Oficial da União;

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná para o exercício de 2023.

Projeto	Conta	Valor (R\$)
5013	6.3.1.3.01.01.010	34.005,62
5013	6.3.1.3.01.01.011	17.314,34



ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico CRCPR Nº 29/2023

Grupo nº _____

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA			
Razão Social:			
CNPJ:		Município:	
Endereço:		UF:	CEP:
E-mail:	Telefone:		

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1					
2					
3					
4					
5					
Valor total do grupo (R\$)					

Prazo de Validade da Proposta: 60 dias

Prazo de entrega:

Declaramos que no preço acima estão inclusos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal

* Listar, anexar e enviar os documentos de habilitação **na ordem do "Itens 8 e 9"**.



ANEXO III

DECLARAÇÕES DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE NÃO EMPREGO DE MÃO DE OBRA DE MENOR

DECLARA-SE, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico CRCPR n.º 29/2023, que a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ com sede no endereço _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____ infra-assinado, de RG n.º _____ e do CPF n.º _____, que:

a) até a presente data inexistem fatos supervenientes e impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que impeçam tal habilitação;

b) não tem em seu quadro de trabalho menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre; ou menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

OBS: A contratação de menor aprendiz – a partir de 14 (quatorze) anos - deverá ser declarada neste documento, inclusive com a identificação do contratado (a).

_____, ____ de _____ de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL

* Listar, anexar e enviar os documentos de habilitação **na ordem do "Item 9"**.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Processo Licitatório n.º 29/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO

_____ (Razão social da empresa), com sede _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

(Cidade), ____ de _____ de 2023.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO V

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023 - Grupo nº _____

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE _____, QUE ENTRE SI FIRMAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ, E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR**, autarquia federal da administração indireta, criada pelo Decreto-lei 9.295/46, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 76.592.559/0001-10, com endereço na Rua XV de novembro, 2.987, em Curitiba-PR, representada neste ato pelo seu presidente contador **LAUDELINO JOCHEM**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF sob o n.º _____, estabelecida na cidade de _____, na _____, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente, com fulcro na Lei 14.133/2021 e demais consectários legais, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de _____ para o CRCPR, conforme especificações do Grupo nº _____, Anexo I, do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o procedimento acima citado, do CRCPR, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato:

- a) Edital PREGÃO ELETRÔNICO nº 29/2023 e seus Anexos;
- b) Documentos de PROPOSTA COMERCIAL E HABILITAÇÃO apresentados pela ora CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por funcionário do CRCPR especialmente designado por meio de portaria, observadas as disposições constantes no Termo de Referência.



PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização será exercida no interesse do CRCPR e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o fornecimento dos produtos, se em desacordo com este contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os materiais deverão ser entregues em remessa única, permitido o fracionamento no interesse do CRCPR.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além do fornecimento dos produtos para a perfeita execução do objeto do presente contrato, obriga-se a:

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais entregues, nos termos da legislação vigente, de acordo com a quantidade, qualidade e demais especificações e condições constantes deste Contrato e do Anexo I do Edital de Pregão CRCPR nº 29/2023;
- II. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- III. Cumprir os prazos para entrega dos produtos licitados, em consonância com o disposto no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023;
- IV. Arcar com todos os custos necessários ao fornecimento dos produtos, incluindo o custo para entrega;
- V. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Fiscal do Contrato designado pelo CONTRATANTE, para fins de acompanhamento da execução do Contrato;
- VI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- VII. Caso efetue a entrega irregular de materiais, a CONTRATADA é a única responsável pelo mesmo e deverá substituí-los em até 5 (cinco) dias úteis, às expensas da CONTRATADA, a partir de sua notificação cuja inobservância pode caracterizar infração contratual;
- VIII. Observar os critérios do CRCPR no que se refere à quantidade e época oportuna das entregas;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, são obrigações da CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, termo de referência, edital, anexos e os termos de sua proposta;
- II. Exercer a fiscalização do contrato por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- III. Porporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- IV. Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- V. Efetuar os pagamentos devidos;
- VI. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo, quando for o caso;
- VII. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- VIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 1 (um) mês.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do CRCPR para o exercício de 2023, Projeto 5013, conta nº 6.3.1.3.01.01.010 (materiais elétricos e de telefonia) e conta nº 6.3.1.3.01.01.011 (materiais para manutenção de bens móveis).

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento dos objetos constantes do grupo nº _____, do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023, o valor global de R\$ _____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores acordados contemplam todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de orçamento estimado, em 10/03/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/BGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁFRAGO SÉTIMO – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento pelo fornecimento do objeto da licitação, depois de atestado pela fiscalização do contrato, será efetuado pelo CRCPR até o 10º (décimo) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança correspondentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos, mediante emissão de qualquer ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Juntamente com as notas fiscais/faturas, deverão ser apresentadas e encaminhadas ao e-mail gestaodecontratos@crcpr.org.br as certidões negativas de débitos, devidamente atualizadas, junto ao FGTS, Receita Federal, Tribunal Superior do Trabalho, comprovante de optante do SIMPLES NACIONAL, se for o caso.

PARÁGRAFO QUARTO - A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA para consigo, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Os eventuais atrasos de pagamento, por culpa da CONTRATANTE, gera à CONTRATADA o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore die*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil.



PARÁGRAFO SEXTO - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF 1234/2012 ou outra norma que venha a substituí-la. Cabe a CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

PARÁGRAFO OITAVO - Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei no 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 25 da Instrução Normativa SRF nº 1234/2012 ou outra norma que venha a substituí-la.

PARÁGRAFO NONO - Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual, comportamento inidôneo ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

- I. Advertência, na hipótese em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato sem causar grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. Multas, por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela CONTRATANTE):
 - a) de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor global atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias;
 - b) de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto na alínea "a" deste inciso, limitado a 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - c) de 15% (quinze por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida ou atraso no cumprimento superior a 15 (quinze) dias, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA. Após o décimo quinto dia de atraso e a critério do CRCPR, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da extinção unilateral da avença.



- III. Impedimento de licitar e contratar com a União e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, da licitante que incorrer nas infrações administrativas disciplinadas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aplicável nos casos de infração administrativa prevista nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Presidente do CRCPR, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções previstas nos incisos I, III, IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas nos itens I a IV da presente CLÁUSULA DÉCIMA PRIMIRA não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO - Na aplicação da sanção prevista no item II desta CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO QUINTO - A aplicação das sanções previstas nos itens III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

PARÁGRAFO SEXTO - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de novas provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

PARÁGRAFO SÉTIMO- As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO - O CRCPR, na aplicação de sanções, levará em consideração a efetiva gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o real dano causado ao Conselho, de acordo com a classificação abaixo:



- I. **FALTAS LEVES:** puníveis com a aplicação da penalidade de advertência e/ou multa conforme percentual estabelecido no item II, alínea "a", desta Cláusula, caracterizando-se pela inexecução parcial de deveres de pequena monta, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo e, a despeito delas, a regular prestação dos serviços não ficar inviabilizada.
- II. **FALTAS MÉDIAS:** puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multa conforme percentual estabelecido no item II, alínea "b", desta Cláusula, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos aos serviços da Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, inviabilizando total ou parcialmente a execução do contrato, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA.
- III. **FALTAS GRAVES:** puníveis com a aplicação das penalidades de multa conforme percentual estabelecido no item II, alínea "c", desta Cláusula e poderá haver impedimento de licitar e contratar com a União, Distrito Federal, Estados e Municípios pelo prazo de até 03 (três) anos, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DEZ – Para gradação das penalidades indicadas nos subitens I, II e III do parágrafo anterior será utilizada a seguinte tabela, cuja aplicação não exclui imposição de demais penalidades previstas neste instrumento:

OUTRAS CONDUTAS QUE ENSEJAM A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE	NATUREZA DA FALTA
Não disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, bem como, endereço comercial e telefone de contato.	Leve
Não prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, atendendo às solicitações nos prazos especificados.	Leve
Não dar ciência ao CRCPR, imediatamente e por escrito, de toda e qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato.	Leve
Não providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Fiscal do Contrato quanto à execução contratual.	Média
Veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do CRCPR.	Média
Não manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.	Média
Não zelar pela destinação, integridade e sigilo dos materiais a serem entregues.	Média
Não fornecer os produtos em estrita obediência às condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato administrativo.	Grave
Não autorizar a recusa imediata dos objetos que apresentares inadequações ou estiverem em desacordo com a Autorização de Fornecimento emitido pelo CRCPR, às expensas da CONTRATADA.	Grave
Não se responsabilizar por todas as despesas obrigatórias, e demais, conforme descritas no item OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.	Grave
Não se responsabilizar por todo e qualquer dano ou extravio, deixando de assumir o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.	Grave

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua extinção, conforme o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quanto à sua forma, a extinção contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os procedimentos de extinção contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas, à CONTRATADA, na segunda hipótese, o exercício do contraditório e ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da CONTRATADA para apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, na hipótese de não acatamento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS

A CONTRATADA responde pelos riscos contratuais previstos e presumíveis relacionados ao objeto do contrato, bem como aqueles dispostos no mapa de riscos desta Cláusula, responsabilizando-se pelos danos e prejuízos a que der causa, em caso de inobservância das obrigações e ações preventivas a seu encargo.

RISCO 01 – RECEBIMENTO DE PRODUTOS DE BAIXA QUALIDADE		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
Id	Dano	
1.	Fornecimento de produtos de baixa qualidade que possam comprometer a sua funcionalidade.	
2.	Fornecimento de produtos de baixa qualidade que possam comprometer o seu uso e compatibilidade em pontos de uso no CRCPR.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Observar as especificações técnicas previstas no Termo de Referência e fornecer produtos a contento	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Rejeitar produtos fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, concedendo prazo conforme disposto no edital de convocação para substituição, e, se for o caso, aplicação das sanções administrativas previstas.	Contratante

RISCO 02 – INEXECUÇÃO CONTRATUAL		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto	
Id	Dano	



1.	Não fornecimento dos materiais solicitados, comprometendo o atendimento às necessidades internas e atividades diárias desempenhadas no CRCPR.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Emitir autorização de fornecimento com informação sobre o prazo de entrega dos materiais solicitados	Contratante
2.	Acompanhar o fornecimento dos materiais, informando ao preposto da CONTRATADA sobre as condições e peculiaridades do fornecimento.	Contratante
3.	Observar os prazos e condições de entrega previstas no Termo de Referência da contratação.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar à CONTRATADA e aplicar as sanções administrativas previstas no Contrato.	Contratante

RISCO 03 – EMISSÃO INTEMPESTIVA DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
Id	Dano	
1.	Não reconhecimento da despesa no período de competência.	
2.	Pagamento de multa à Receita Federal do Brasil, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer no edital e documentos anexos os critérios de pagamento e liquidação da despesa, bem como prazos limite para emissão dos documentos de cobrança	Contratante
2.	Observar os prazos e condições para emissão dos documentos de cobrança previstos no edital e demais documentos	Contratado
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar à CONTRATADA e aplicar as sanções administrativas previstas neste contrato.	Contratante
2.	Realizar o pagamento de multas à autoridade fiscal competente referente a fatos a que tenha dado causa	Contratada

RISCO 04 – NECESSIDADE DE REEQUILÍBRIO CONTRATUAL		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto	
Id	Dano	
1.	Interrupção no fornecimento de materiais necessários à execução de atividades rotineiras do CRCPR	
2.	Comprometimento das atividades relativas à manutenção predial do CRCPR.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar a emissão de autorização de fornecimento em período próximo à celebração de contrato, quando possível, de forma a mitigar o risco de incidência das hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato previstas no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021	Contratante
2.	Elaborar a proposta de fornecimento considerando o prazo de vigência contratual estabelecido, condições de entrega, bem como variações previsíveis de valores	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Analisar possível pedido de reequilíbrio e enquadramento em uma das hipóteses de reequilíbrio previstas na legislação, mediante fundamentação apresentada pela Contratada.	Contratante



RISCO 05 – NÃO MANTER AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO		
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto	
Id	Dano	
1.	Suspensão do fornecimento.	
2.	Descumprimento contratual e comprometimento da regular execução contratual.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer no instrumento convocatório as condições de habilitação e obrigação de manutenção de tais condições durante toda a vigência contratual	Contratante
2.	Verificar a documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, da Contratada, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, ao menos antes de efetuar cada pagamento.	Contratante
3.	Encaminhar juntamente com os documentos de cobrança a documentação relativa à regularidade fiscal, social e trabalhista, disciplinada em contrato.	Contratada
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar à CONTRATADA acerca do descumprimento contratual e abrir prazo para a regularização.	Contratante
2.	Em caso de não regularização pela CONTRATADA, aplicar as sanções administrativas cabíveis e rescindir o Contrato.	Contratante

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CRCPR, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO TRATAMENTO DE DADOS PELO CRCPR

A CONTRATANTE, com fundamento no art. 7º, incisos II e V, da Lei nº 13.709/2018 realizará a guarda de dados pessoais vinculados à CONTRATADA, contemplando os dados de seus dirigentes, representantes e afins, bem como de outras informações cedidas, necessários à identificação e cumprimento do presente contrato, procedendo à classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, arquivamento, armazenamento, eliminação, comunicação, transferência e demais formas de tratamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os dados serão disponibilizados para acesso público, nos termos do art. 5º, da Lei nº 14.133/2021 e previsões contidas na Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), ressalvadas as hipóteses de proteção previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná, para dirimir as questões oriundas da aplicação e interpretação do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e convencionadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma.

Curitiba, ____ de _____ de 2023.



PRESIDENTE DA CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA



**ANEXO VI****MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023

Grupo nº _____

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA			
Razão Social:			
CNPJ:		Município:	
Endereço:		UF:	CEP:
E-mail:	Telefone:		

I – DO OBJETO:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1					
2					
..					
Valor total da autorização (R\$)					

II – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- a) O material deverá ser entregue na _____ (endereço), em dia útil, das 9h às 12h e das 13h às 17h, no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento desta Autorização de Fornecimento.

III – DO PAGAMENTO

- a) O pagamento, no valor de R\$ _____ (por extenso), será realizado conforme item 12 do Anexo I, Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2023, e CLÁUSULA DÉCIMA do Contrato Administrativo, sob a conta de despesa nº _____;
- b) O pagamento pela aquisição dos materiais, desde que aceito, será feito até o 10º (décimo) dia útil seguinte ao da aceitação dos documentos de cobrança correspondentes;
- c) O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras;
- d) A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada das certidões de regularidade da Receita Federal, CNDT e FGTS;
- e) Na nota fiscal deverá constar a retenção dos impostos conforme a IN RFB 1234/2012, sendo IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e no caso de prestação de serviços haverá também o ISSQN;



- f) Apresentar, em sendo o caso, declaração de optante pelo SIMPLES, de acordo com a IN RFB nº 1234/2012.

IV – DA VINCULAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

- a) A presente autorização de fornecimento sujeita-se integralmente ao disposto no edital de Pregão Eletrônico CRCPR nº 29/2023 e respectivos anexos, e na proposta da CONTRATADA.

Local e Data.

Conselho Regional de Contabilidade do Paraná